



---

# POLÍTICA DE CUMPRIMENTO EM MATÉRIA DE CONCORRÊNCIA

---

APROVADO PELO  
ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Cristóbal Valderas Alvarado

(Administrador Único) em nome de:  
ACS SERVICIOS Y CONCESIONES S.L.

Dezembro de 2023

**CONTROLO DE MODIFICAÇÕES**

| <b>VERSÃO - APARTADOS</b>   | <b>COMENTÁRIOS - DATA</b>   |
|---|---|
| V.0.- documento inicial   | Preparado, supervisionado e aprovado pelo OC na Ata de 03/11/2022 e Órgão de Administração 11/2022        |
| V.1.- revisão da Política segundo as melhores práticas em matéria de concorrência do ponto relativo ao SII nos termos da Lei 2/2023 de 20 de fevereiro. | Redigido, supervisionado e aprovado pelo OC na ata de 29/11/2023 e pelo Órgão de Administração em 12/2023 |

## ÍNDICE

|    |   |   |
|----|---|---|
| 1. | FINALIDADE E OBJETO.....                                | 4 |
| 2. | ALCANCE.....  | 4 |
| 3. | OBJETIVOS .....   | 4 |
| 4. | ENTRADA EM VIGOR, VIGÊNCIA, COMUNICAÇÃO E REVISÃO ..... | 6 |

## 1. FINALIDADE E OBJETO

---

O Órgão de Administração da CLECE VITAM S.A. (doravante, CLECEVITAM), com o compromisso de cumprir a legislação em vigor, os regulamentos internos e os princípios e valores éticos, dispõe dos meios e recursos necessários para desenvolver, implementar e manter um Sistema de Gestão de Compliance, que inclui - a prevenção, detecção e reação perante condutas irregulares que ameaçam e restringem - a livre concorrência e a igualdade de oportunidades no mercado.

Esta Política enquadra-se com os Princípios Orientadores de Prevenção e com a respetiva lista de condutas proibidas, bem como com os valores e normas éticas de conduta interna estabelecidos no Código Ético da CLECEVITAM. Neste sentido, CLECEVITAM está firmemente comprometida com o desenvolvimento de uma concorrência honesta e justa, e reconhece a importância para tal fim do cumprimento dos regulamentos de defesa da concorrência e o fomento de uma cultura de cumprimento em toda a Organização.

## 2. ALCANCE

---

A presente Política em matéria de Concorrência aplica-se a todas as atividades e é de cumprimento obrigatório para todos os membros da CLECEVITAM, independentemente do cargo ou posto que ocupem dentro da organização, o tipo de relação e a sua localização geográfica a nível nacional.

Por outro lado, a Política será alargada às relações mantidas com terceiros, parceiros comerciais, pessoas que atuem ou realizem atividades em nome da organização e, se aplicável, se existirem, filiais estrangeiras e empresas associadas não controladas, na medida em que possam representar um risco crítico ou grave para a organização, tal como estabelecido nos procedimentos internos. Todos eles devem conhecê-la e aplicá-la no seu âmbito de atuação profissional.

No caso de empresas ou entidades que possam estar sob o controlo da CLECEVITAM, a Política será aplicada através da fórmula de adesão e/ou adoção do Sistema Integral de Gestão de Compliance.

## 3. OBJETIVOS

---

Os principais objetivos desta Política são:

- ❖ Seguir os critérios do Código Ético, os Princípios Orientadores, Políticas e restantes regulamentos internos da Organização que reflitam o compromisso da CLECEVITAM com os princípios de ética empresarial e transparência em

todas as áreas de atividade, e regular os comportamentos éticos e responsáveis de todos os profissionais da CLECEVITAM no desenvolvimento da sua atividade, e, em particular, com a observância dos regulamentos para a defesa da concorrência e o fomento da livre concorrência no mercado, assim como as consequências derivadas do incumprimento através da aplicação do correspondente Regime Disciplinar.

- ❖ A implementação e o desenvolvimento efetivo de uma cultura ética e de cumprimento do regulamento para a defesa da concorrência entre todos os membros da CLECEVITAM, independente do local de trabalho e da localização onde exerçam as suas funções.
- ❖ Manter uma política de tolerância zero para qualquer ato que constitua uma infração ao regulamento para a defesa da concorrência em toda a Organização, e especialmente as condutas que envolvam uma concertação de preços, uma partilha de mercados, clientes e/ou contratos, o intercâmbio de informação comercial sensível e a criação de UTES com concorrentes que não sejam justificados ao abrigo do regulamento para a defesa da concorrência.
- ❖ Nomeação e atribuição ao Órgão de Controlo do Cumprimento da CLECEVITAM dos poderes e competências necessários para a prevenção e gestão de condutas que atentem contra a livre concorrência, dotando-o dos meios materiais e humanos necessários para cumprir a sua missão, promovendo a sua formação contínua, visando assegurar a liderança, a autonomia, a autoridade e a independência no exercício das suas funções, dependendo e tendo acesso direto ao Órgão de Governança.
- ❖ Identificar, analisar e avaliar os riscos próprios da concorrência, estabelecendo procedimentos e controlos adequados para a sua gestão eficaz, assim como os sistemas pertinentes de avaliação, acompanhamento e monitorização.
- ❖ Comunicação, formação, sensibilização e consciencialização adequada dos membros da CLECEVITAM a extensão do compromisso aos parceiros de negócio e outros grupos de interesse que assim o requeiram, sobre o conteúdo, requisitos e natureza do Sistema Integral de Gestão de Compliance em matéria de concorrência, com o objetivo de alcançar a máxima eficácia do mesmo e o foco baseado no risco dentro do exercício das nossas atividades.

- ❖ A obrigação de informar diretamente a Organização por parte dos seus membros integrantes, assim como por parte de qualquer terceiro que tenha conhecimento ou suspeita da ocorrência de qualquer facto ou conduta irregular que possa envolver uma infração em matéria de concorrência.
- ❖ Colocar à disposição das partes interessadas um Canal Ético, integrado no Sistema de Informação Interno, juntamente com a respetiva Política, o Procedimento e a pessoa responsável pela sua devida gestão e tratamento, em caso de receção de notificações de irregularidades e/ou de incumprimento do Sistema Integral de Gestão da Conformidade (Compliance) em matéria de concorrência, garantindo o respeito pelos direitos fundamentais concomitantes, em particular pela confidencialidade, pelo anonimato e pela ausência de represálias contra um denunciante ou informador(a) de boa-fé.
- ❖ Adoção das medidas disciplinares pertinentes no caso de possíveis riscos e incumprimentos do Sistema Integral de Gestão de Compliance em matéria de concorrência. Tudo isso, sem prejuízo de qualquer outro tipo de responsabilidades legal ou contratual que possam advir de tais condutas a nível empresarial.

#### **4. ENTRADA EM VIGOR, VIGÊNCIA, COMUNICAÇÃO E REVISÃO**

A entrada em vigor da presente Política ocorrerá no próprio momento da data de aprovação, modificação ou atualização do presente documento.

Será objeto de publicação e difusão para o seu conhecimento apropriado, encontrando-se à disposição e consulta através do website corporativo.

A CLECEVITAM avaliará o seu conteúdo com a periodicidade estabelecida no seu sistema de informações documentadas de forma ordinária, e, quando ocorram circunstâncias significativas de carácter legal, organizativo ou de qualquer outra natureza que justifique a sua adaptação e/ou atualização imediata, de forma extraordinária.